

119ª (centésima décima nona) Ata do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Patrocínio/MG – CDMPC – Aos 10 (dez) dias do mês de julho do ano de 2017 (dois mil e dezessete), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Cultura de Patrocínio, às 16h00 (dezesesseis horas), realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Patrocínio/MG, conforme edital de convocação do dia 05 (cinco) de julho do ano de 2017 (dois mil e dezessete), segundo o Decreto de número 3.344/2017 (três mil trezentos e quarenta e quatro de dois mil e dezessete), a fim de tratar dos seguintes assuntos: Apresentação do Projeto do Futuro Calçadão da Rui Barbosa, indicação de autoria do Vereador Roberto Margari de Souza, devido à Audiência Pública, que será realizada no dia 12 de Julho de 2017, às 8h00, na Câmara Municipal de Patrocínio; Apresentação da proposta de parte da Reforma da Igreja Santa Luzia, pela arquiteta responsável: Cristina Nunes Machado; Apresentação do relatório de visita aos Bens Tombados do Município, realizada pelos conselheiros: Guilherme Rocha Chagas e Waldir da Silva Junior e Outras Deliberações. Estiveram presentes a esta reunião: Eliane Ferreira Nunes – Presidente da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio e do CDMPC (Titular), Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo (Suplente): Patrícia Naiara Naimeg, Representante do UNICERP: Profª. Me. Maria Emília Cherulli Alves Barbosa (Titular), Representante da 29ª Superintendência Regional de Ensino: Aldo Oliveira Caixeta (Titular), Representante da Área Cultural do Município e Secretário Executivo do CDMPC: Guilherme Rocha Chagas (Titular), Gabriel Augusto Damascena – Representante da Área Cultural do Município (Suplente), Representante da ACIP/CDL e Vice-Presidente do CDMPC: Edméa Regina Cardoso Marcene (Titular), Representantes da OAB – 65ª Subseção de Patrocínio: Dr. Diego Vinícius Vieira (Titular) e Dr. Daniel Victor Costa e ainda os seguintes convidados: Vereador Roberto Margari de Sousa – Câmara Municipal de Vereadores, Cristina Nunes Machado e Larissa Cristina da Silva Dias – Arquitetura e Urbanismo Cristina Machado. A reunião foi aberta pela Presidente, agradecendo aos conselheiros: Waldir e Guilherme pelo trabalho de visita aos bens tombados. Acrescentou que não poderá assistir a apresentação, pois recebeu uma convocação do Prefeito e terá que sair mais cedo. A Presidente prosseguiu a reunião chamando o Vereador Roberto Margari para apresentar o Projeto do Calçadão da Rui Barbosa e justificou a ausência do Secretário de Urbanismo. Roberto se apresentou e informou que a ideia do projeto foi proposta por ele na Câmara dos Vereadores, mas a elaboração do projeto foi realizada pelo Diogo, Arquiteto e Secretário de Urbanismo, a partir daí a ideia ganhou uma maior consistência chegando à realização da audiência pública. Roberto continuou dizendo que haverá uma melhoria na parte cultural de nossa cidade, com espaço físico para atender as demandas de realização de eventos e lazer. Complementou que ali, atualmente, não existe um espaço apropriado para a realização de eventos, o que ocorre é uma aglomeração de pessoas, uma confusão, não havendo um local adequado para colocar um palco, uma casinha do Papai Noel, um local adequado para vender um pastel, é um amontoado de pessoas, com brinques em cima da fonte luminosa. Além da questão dos dez trailers que estão nas laterais da praça, que ocupam 24 horas um espaço voltado para os veículos, sem condições de higiene, sem condição física para atender a nossa população. Eliane perguntou o que mudaria com relação a isso. Roberto respondeu que com a construção dos quiosques em uma daquelas vias, vai dar uma melhor condição para as empresas que lá estão, cada quiosque medindo 80m² (oitenta metros quadrados), sendo dividido por dois estabelecimentos, cada um medindo 40m² (quarenta metros quadrados), com 2 (dois) banheiros cada um, 1 (um) feminino e 1 (um) masculino. A seguir, apresentou as fotos do projeto para os presentes, destacando o espaço construído em calçada portuguesa, com os quiosques de um lado das vias, com acessibilidade, bancos públicos e um espaço para colocar brinquedos. Mostrou também a vista aérea com os locais onde irão ficar os pontos de taxi e as vagas de estacionamento. Acrescentou que recebeu muitas sugestões na área cultural e de paisagismo para ocupar o espaço a ser criado no calçadão e que isso tudo será apresentado na audiência pública. Eliane perguntou se já tem uma solução para o trânsito no local. Roberto explicou que descendo a Av. Rui Barbosa, próximo ao Banco do Brasil, o movimento irá se deslocar para Rua Bernardo Guimarães, para o acesso aos Hospitais, Prefeitura, Câmara e Fórum, enquanto quem descer em direção a Praça Santa Luzia irá fazer a conversão à direita, na Casa Manoel Nunes, para ir sentido o Lions Club, Rua Governador Valadares ou retornar para Praça Santa Luzia. Observou que muito se fala do porquê de não fechar uma via só, e respondeu que é necessário fechar as duas vias por causa da segurança e do espaço necessário para a realização de eventos de uma forma adequada. Diego perguntou se o projeto já possui o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, pois acredita que a maioria das dúvidas da população pode ser resolvida por esse estudo. Roberto respondeu que o projeto está sendo executado pelos

profissionais da Secretaria de Urbanismo, que o Diogo está fazendo um estudo completo sobre isso, com o apoio da Secretaria de Trânsito sobre a questão do trânsito. Patrícia observou que o projeto ainda não possui o EIV. E ressaltou a importância de um investimento como esse, pois a valorização do espaço público é uma tendência mundial, todos os lugares que são bem tratados: com iluminação e espaços adequados para população local, atraem o público e atendem de verdade a população. Edméa perguntou se teve algum contato com os proprietários e empresários da área sobre o projeto, para saber se eles têm esse mesmo interesse. Roberto respondeu que o interesse é coletivo, mas da mesma forma que ele apresentou o projeto aqui, ele também fez essa mesma explanação para os donos dos trailers, taxistas e membros da ACIP, mas não procurou diretamente os comerciantes e proprietários do local. Roberto também explicou que a autonomia para a implantação do projeto é da administração e que a calçada é pública, não é dos proprietários e que recebeu um e-mail com centenas de assinaturas dos moradores da região afetada, que concordam com a implantação do projeto. Que nunca houve uma audiência pública para tratar de um assunto como esse e que no dia 12 de julho eles estarão dando oportunidade da população interagir com um projeto a ser construído, porque a vontade de um vereador é de apresentar uma obra, votá-la e o prefeito já começá-la, para ela ficar pronta no final do ano. Mas agora se resolve dessa maneira, apresentando em audiência pública para colher informação, juntando todos no processo, para melhorar o projeto como um todo. Diego reforçou que o papel da audiência pública é de avaliar o interesse público, pois a propriedade privada tem função social, podendo-se limitar o interesse privado desde que haja o interesse público. E acrescentou que se esse projeto vai ser votado em audiência pública, só com apresentação dessas fotos, ele considera muito pouco, pois a população precisa de informação suficiente para decidir se a proposta é de interesse público. Roberto respondeu que a audiência pública é para tratar o projeto como um todo, pois lá estarão profissionais das redes de tratamento de esgoto e trânsito, responsáveis pelas pastas, arquitetos, engenheiros e corretores de imóveis. Eliane perguntou se existe uma proposta para a feirinha de artesanato. Roberto respondeu que não terá uma estrutura fixa para eles, mas que existe uma área demarcada para exposição com barraquinhas móveis. Eliane agradeceu a presença e apresentação do projeto pelo Vereador Roberto Margari. Edméa indagou como que é feito o movimento turístico de uma forma geral, que não podemos comparar a realidade de Patrocínio com a de outras cidades e nós, enquanto Conselho de Patrimônio, devemos buscar fortalecer o que são as nossas raízes culturais; o turismo em Patrocínio nunca vai se dar com o povo andando pela rua, pois não temos patrimônio para ser visto. E acrescentou que não é preciso fechar a avenida para preservar a arquitetura da Igreja Santa Luzia, como foi feito na Praça da Matriz em relação ao casarão, pois a Igreja Santa Luzia é muito mais moderna, tem a metade do tempo do casarão. Patrícia argumentou que mais do que incentivar o turismo, o projeto valoriza a cidade para os próprios patrocineses. Eliane afirmou que nós só temos a ganhar com o projeto, que talvez os comerciantes poderiam ficar receosos com relação ao trânsito e o acesso de clientes, mas em termos de preservação e valorização do patrimônio do local, por impedir o acesso de veículos pesados e também pelo espaço a ser criado para a realização de eventos. A seguir, sugeriu que devêssemos ouvir a próxima demanda antes de discutir esse projeto e passou a condução da reunião para Edméa, pois tinha que se ausentar. Edméa solicitou que a arquiteta Cristina Machado apresentasse o projeto de intervenção na Igreja Santa Luzia. Cristina se apresentou e informou que em reunião com a Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio eles decidiram apresentar o projeto de revitalização da Igreja por partes, pois se fossem apresentar tudo de uma vez iria ser muita informação. Ela acrescentou que a última reunião que participou foi em dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), que já foram aprovadas algumas intervenções, por exemplo, reboco da parte externa, captação de água pluvial e instalação de um elevador para o acesso ao coral da parte de cima. Lembrou a todos que a igreja é apenas inventariada. E apresentou, por meio de slides, a proposta de intervenção nas rampas de acesso laterais frontais da igreja, para adequação à norma 9050 (nove mil e cinquenta) de acessibilidade. E explicou que devido à solicitação do corpo de bombeiros ela terá que instalar corrimãos nas duas extremidades da rampa e, com isso, terá que aumentar a largura da rampa, que já havida sido aprovada, de 1,20m (um metro e vinte) para 1,50m (um metro e meio) e que esta seria a demanda proposta para essa reunião. E acrescentou que hoje o corrimão é chumbado na parede da igreja e, com a intervenção, ela irá instalar um perfil preso no chão da rampa para sustentar o corrimão sem precisar prendê-lo à parede, sendo que do outro lado o corrimão será sustentado por um guarda corpo, que também já foi aprovado. Após a apresentação da demanda da Igreja Santa Luzia, Guilherme informou como foi feita as visitas aos bens tombados e explicou que ele e o Waldir, fizeram os registros

principalmente em vídeo e que ainda não conseguiram processar toda informação, com isso, ele perguntou se eles queriam que fosse feita a apresentação do material da forma que estava ou apresentasse em outra oportunidade, passando para os pareceres das demandas apresentadas devido ao avançado da hora. Edméa sugeriu que na próxima reunião trouxesse as pastas dos bens e o material das visitas dos bens tombados, para comparar e ver como está a situação real. Guilherme informou que irá fazer um e-mail para o Conselho e encaminhará os últimos laudos feitos pelo Honório, em pdf. Waldir completou que além do registro fotográfico dos bens tombados, eles fizeram o registro em vídeo, que está bem detalhado e organizado em pastas, porém é preciso fazer a edição desses vídeos para que apresentação fique mais dinâmica. Guilherme informou que em contato telefônico com o Sr. Fábio Brandão, proprietário do bem tombado do município: Antigo Banco do Comércio e Indústria de MG, para agendar a visita ao bem, este lhe informou que o imóvel encontrava-se em reforma, a partir daí ele autorizou que eles fizessem a visita, que foi registrada em vídeo. A seguir, eles apresentaram o vídeo onde constam as imagens da reforma que está sendo realizada no prédio, onde se vê, principalmente, a retirada do piso e algumas intervenções na alvenaria. Diego indagou qual a ação que nós deveremos tomar a partir do conhecimento dessas informações. Guilherme acrescentou que primeiro eles decidiram trazer a informação para o Conselho para que este deliberasse qual a ação a ser tomada. Edméa sugeriu que o Conselho aja por etapas, primeiro solicitando, por meio de um ofício, que o proprietário entregue o projeto de reforma num prazo de 48 (quarenta e oito) horas e depois marcando uma reunião extraordinária trazendo o dossiê de tombamento do prédio e a lei de tombamento municipal, para analisarmos a providência a ser tomada. Diego lembrou que, salvo engano, na lei consta a possibilidade de multa de até 50% (cinquenta por cento) do valor do imóvel, quando é bem tombado, por isso deve-se analisar muito bem o que deve ser feito, porém, deve ser tomada alguma medida urgente, solicitando que se apresente o projeto, inclusive encaminhando a lei junto ao ofício. Aldo sugeriu que deva solicitar a paralisação imediata da obra. Guilherme observou que o proprietário acredita que o tombamento contempla apenas a fachada do imóvel, e leu qual a delimitação de tombamento constante no livro de tomo. Logo após, deliberou-se por oficiar o proprietário solicitando a paralisação imediata da obra, a entrega do projeto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e por marcar uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, dia 18 de julho, para tratarmos do assunto e apresentação do projeto de restauração. Edméa propôs que deliberássemos sobre a demanda da Igreja Santa Luzia e sugeriu que como a Cristina está apresentando o projeto de restauração por etapas, que da próxima vez que houvesse um projeto em continuidade, que se trouxessem os pareceres anteriores para a nossa análise. A seguir, a proposta de intervenção proposta nas rampas de acesso laterais frontais da Igreja Santa Luzia foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Waldir perguntou aos demais membros do Conselho sobre a forma que foi registrada as visitas aos bens tombados, se ele pode continuar com a edição para montar um vídeo com todas as visitas. Todos concordaram. Guilherme acrescentou que entrou em contato com o IEPHA para saber como era a metodologia, porque eles queriam aproveitar esse trabalho para contar pontos no ICMS Cultural, e a resposta do IEPHA foi de que deveriam fazer uma descrição sucinta de como estava o bem tombado, com no mínimo cinco fotos, e que esse relatório de visita de monitoramento não precisava ser feito, necessariamente, por um profissional da área e para isso eles também usaram um formulário usado no inventário de oferta turística. Prosseguindo a reunião, Edméa passou para o assunto do projeto do calçadão da Av. Rui Barbosa. Maria Emília perguntou o que cabe ao Conselho em relação a esse projeto. Edméa respondeu que ao Conselho só cabe ter uma posição de questionar a ação pública enquanto as questões de patrimônio, o cuidado para com o bem inventariado, para a relação do bem com a sociedade, com o entorno e com área cultural, por exemplo, eles só estão pensando no projeto arquitetônico e paisagístico, eles não pensaram em nenhum equipamento que vá levar o povo para a praça. Diego observou que acha muito valioso o que está sendo feito, a vinda ao Conselho, a realização da audiência pública e a gestão democrática, mas que ficou um pouco decepcionado por ser o vereador a vir apresentar o projeto ao Conselho, porque nós precisamos de conhecimento técnico, se o projeto é do Diogo, então ele que deveria ter vindo apresentar, mas infelizmente ele não pôde vir devido a outras atribuições. Porém, não tem como decidir nada com base em fotos, não tem o estudo de impacto de vizinha, não tem medidas de nada, por isso não se sabe se esse projeto vai afetar o patrimônio ou não, pois da forma que foi apresentado não se tem as informações necessárias. Aldo declarou que acha que o projeto irá ajudar a preservar o patrimônio, pois vai retirar o tráfego do local, diminuindo a trepidação. Guilherme argumentou que o projeto visa criar um espaço de convivência que, inclusive, foi uma necessidade

detectada pelo Conselho de Política Cultural, por meio das diversas conferências e um seminário realizado, que indicou no plano municipal de cultura a necessidade de mais espaços para manifestações culturais e artísticas. Maria Emília observou que só achou ruim a apresentação do vereador, pois se tivesse mais informação. Edméa argumentou que a Praça Santa Luzia é o ponto central da cidade e o acesso a ela é o mais importante, então com o fechamento da via não irá crescer o espaço de circulação das pessoas, porque ele fechou uma via e encheu de quiosques e do outro lado ele disse que será dos ambulantes. E acrescentou que a ideia remete ao projeto de 1972, do Ex-Prefeito Dr. Olímpio que tinha a intenção de fazer um calçadão em pedra portuguesa, que ia do Hotel Santa Luzia até a Av. Faria Pereira, com todos os prédios com um avanço, criando uma passarela coberta para a população caminhar, no entanto, com o projeto atual, ele justamente retira a obrigação do avançado no local. Guilherme leu o ofício enviado pelo Vereador Roberto Margari, onde ele solicita a reunião para apresentação do projeto e pareceres referentes ao patrimônio histórico. Todos decidiram responder por meio de ofício informando que o Conselho entende que faltam informações técnicas para avaliar o impacto da obra no patrimônio cultural existente no entorno da Av. Rui Barbosa, e que por esse motivo, o CDMPC aguarda a apresentação de um Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV ou qualquer outro estudo técnico que avalie o impacto da execução do referido projeto, para análise e emissão de parecer. Edméa agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Guilherme Rocha Chagas, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada, será pelos presentes assinada.

Patrocínio, 10 de julho de 2017.

Eliane Ferreira Nunes

Patricia Naiara Naimeg

Maria Emília Cherulli Alves Barbosa

Aldo Oliveira Caixeta

Guilherme Rocha Chagas

Gabriel Augusto Damascena

Edméa Regina Cardoso Marcene

Diego Vinicius Vieira

Daniel Victor Costa

Roberto Margari de Souza

Cristina Nunes Machado

Larissa Cristina da Silva Dias

LISTA DE PRESEÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE PATROCÍNIO

DATA: 10/07/2017

Fundação Casa da Cultura de Patrocínio "Odair de Oliveira"

Eliane Ferreira Nunes

Waldir da Silva Junior

Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

Titular: Diogo Mendes Gonçalves

Suplente: Patrícia Naiara Naimcg

Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Turismo

Titular: Ivanderlei Silva Santos

Suplente: Mirian Lauriel Fernandes

Representante da UNICERP

Titular: Maria Emília Cherulli Alves Barbosa

Suplente: Marisa Diniz Gonçalves Machado

Representante da 29ª Superintendência Regional de Ensino

Titular: Aldo Oliveira Caixeta

Suplente: Eliane Pêgo Umezaki

Representante da Área Cultural do Município

Titular: Guilherme Rocha Chagas

Suplente: Gabriel Augusto Damascena

Representante da Associação Comercial e Industrial de Patrocínio

Titular: Edméa Regina Cardoso Marcene

Suplente: Lindalva Cândida Silva

Representante da OAB - 65ª Subseção de Patrocínio

Titular: Diego Vinicius Vieira

Suplente: Daniel Victor Costa

Representante da população patrocínense com notório saber sobre a História de Patrocínio

Titular:

Suplente: Cleide Maria de Brito

Convidados:

Rafael M. P. de S. - Cansel Vereadores

Christina Nunes Machado

Patrícia Naiara Naimcg